

Semanário Informativo

Folha da AT



Av. 25 de Setembro, nº 1235 | Tel: 21 34 42 00 | www.at.gov.mz | EDIÇÃO Nº 20 | Outubro - 2017

Há necessidade de descentralizar a emissão do selo fiscal

Apela Helena Taipo



FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE
Amélia Muendane Nakhare

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

DIRECTORA
Natércia Manhenje

COORDENADOR EDITORIAL
Fénias Zimba

REDAÇÃO
Fénias Zimba, Ricardo Nhantumbo, Helmano Nhatitima,

COLABORAÇÃO
Maurício Cumbi, Pio Cassecasse, César Sucute, Liege Victorino, Ivan Gemusse, Arnaldo Teimoso, António Camacho, José Massaruge, Valerdina Manhonga

REVISÃO
Bernardino Manhaussane

FOTOGRAFIA
Jordão Mabote

MAQUETIZAÇÃO
Benedito Chivure

Por: Ligio Zaqueu



Maria Helena Taipo
Governadora da Província de Sofala

Maria Helena Taipo, Governadora da Província de Sofala afirmou que há uma necessidade de descentralizar a emissão do selo fiscal, com vista facilitar a sua aquisição. Taipo fez estes pronunciamentos na Cidade da Beira, na sessão do Governo Provincial, ocorrida a 19 de Setembro último, onde se debateu entre outros aspectos os procedimentos referentes à produção de selo de Bebidas Alcoólicas e Tabaco manufacturado.

No seu entender, estes procedimentos deveriam ser descentralizados para as províncias como forma de dar maior celeridade ao processo.

Taipo reagia assim, a apresentação do informe sobre o ponto de situação da selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco manufacturado em Sofala, apresentada pelo Delegado

Provincial da AT, Raimundo Mapandzene.

Na ocasião, os membros do Governo Provincial de Sofala, apresentaram várias questões, relacionadas com o processo, destacando o facto de ainda existirem empresas que continuam vender bebidas sem selo, e paralelamente verificando-se o aumento de

preços destes produtos ao consumidor final.

Em resposta, a Autoridade Tributária, através do Delegado Provincial e Gestores das diferentes Unidades Orgânicas da instituição, comprometeram-se a intensificar as fiscalizações como uma das medidas de controlo fiscal. 



Em Nampula

Operadores económicos satisfeitos com o Processo de Selagem



Decorreu, na Cidade Nampula e arredores, nos dias 14, 15 e 16 de Setembro corrente, uma acção de fiscalização à selagem de bebidas alcoólicas, desencadeada por uma equipa da Autoridade Tributária de Moçambique, mais precisamente à nível dos Serviços Provinciais das Alfândegas de Nampula, liderada pelo Coordenador Regional Norte do Projecto de Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado, Haydn Castelo David, com vista a observar o nível de implementação da medida de selagem dos produtos abrangidos juntos aos operadores daquela província do norte do País.

A acção acontece, após a Autoridade Tributária de Moçambique ter, mais uma vez, concedido, à

pedido dos próprios operadores, a prorrogação, por mais 45 dias, para circulação e comercialização de bebidas alcoólicas sem selo do controlo fiscal, em todo o território moçambicano, sendo que o último dia do prazo foi 30 de Agosto passado.

Segundo Haydn Castelo David, houve necessidade de se prorrogar mais uma vez o prazo para regularização dos produtos que se encontravam no mercado sem selo de controlo fiscal, e para tal, e em resposta ao pedido dos próprios operadores do ramo, a Autoridade Tributária viu a necessidade de conceder mais 45 dias para selagem extraordinária das bebidas alcoólicas, nomeadamente vinhos e espíritos, que se encontravam no mercado antes da entrada em

vigor da medida de selagem obrigatória.

“Dentro do prazo concedido, os operadores tinham duas principais alternativas. Especialmente os que tinham um stock reduzido, podiam procurar vender, ao consumo, do seu stock até antes do fim do prazo, e conseqüente mente passar a reabastecer o stock apenas com produtos já selados, ou para aqueles cujo stock era consideravelmente grande, deveria requerer a sua selagem extraordinária à Autoridade Tributária. Findo o prazo, toda a mercadoria que continuasse no mercado, em circulação, poderá ser alvo de fiscalização e conseqüente medidas punitivas”, explicou o Coordenador Haydn Castelo David.

Segundo o nosso interlocutor, o processo de regularização da situação, por parte dos operadores, era bastante simples. Os operadores só precisavam requerer à selagem dos seus produtos à AT, apresentando a relação e o inventário do stock existente, bem como os comprovativos da legalidade dos produtos. Após análise profunda do requerimento do operador e confirmação ou regularização da legalidade dos produtos, a AT autorizava o fornecimento efectivo dos selos.

Na cidade de Nampula, a equipa de fiscalização escalou diversos estabelecimentos comerciais, sendo que na maior parte deles os selos já foram fornecidos e por isso vendem apenas bebidas seladas, como são os casos do Shoprite de Nampula, Restaurante Sporting, Bottle Store Drink, Mini Mercearia Carlos, Supermercado Blue, entre outros. Facto importante, é que com a selagem dos seus produtos todos os operadores afirmam que não houve agravamento dos preços mas, pelo contrário, *“nós fomos um dos primeiros operadores a selar as bebidas alcoólicas que estão à venda no nosso estabelecimento, e nenhuma delas teve o seu preço de venda ao consumidor agravado, pelo contrário, temos casos de algumas marcas de vinhos cujo preço até reduziu”*, referiu Idrisse da Mini Mercearia Carlos.

Por outro lado, Felismino de Jesus, representante do Supermercado Blue disse que estava feliz com a selagem porque, por um lado, vai contribuir para reduzir significativamente casos de contrabando e, por outro, para combater a concorrência desleal. *“Nossos preços não verificaram agravamento nenhum, mas temos conhecimento de estabelecimentos que vendiam as mesmas marcas que nós a preços bastante baixos que, com a selagem, foram obrigados a actualizar os preços ao nível real, o que consequentemente veio tornar a concorrência no mercado mais justa e garantir o pagamento do imposto ao Estado”*.

Nametil, no Distrito de Mogovolas, cerca de 70 Km da Cidade de Nampula, foi outro ponto percorrido pela equipa de Fiscalização, a fim de verificar a existência de cigarros não selados. No entanto, verificou-se que todos os estabelecimentos comerciais, incluindo os mercados, encontravam-se a vender cigarros selados.

Fazendo balanço das actividades desenvolvidas no âmbito da fiscalização à selagem de bebidas alcoólicas e tabaco manufacturado, durante esses últimos, na cidade de Nampula e arredores, o Coordenador da área disse que *“o resultado verificado no terreno é bastante satisfatório, na medida em que os operadores estão a selar devidamente os seus produtos, tanto é que*

já é possível entrar num estabelecimento e encontrar todos os produtos selados, sem falar do impacto positivo que a selagem está a trazer no ambiente do negócio para os próprios operadores”. Explicando sobre aqueles que ainda têm nos seus estabelecimentos produtos não selados, Castelo David reconhece que *“existe um leque de operadores que ainda não recebeu os seus selos, mas ainda encontram-se dentro do prazo estabelecido pelo respectivo Regulamento o seu fornecimento/recebimento. O processo está a decorrer normalmente, e a curto prazo todos aqueles que já requereram irão receber os selos requeridos. Entretanto, para caso de quem não requereu à selagem, incluindo aqueles que por várias vezes foram advertidos formalmente à fazê-lo, esses sem sombra de dúvida verão os seus produtos a serem apreendidos pelas autoridades por não ostentarem os selos de controlo fiscal”,* realçou o nosso Coordenador.

Para finalizar, a nossa fonte confirmou, embora sem apresentar dados estatísticos concretos, que algumas apreensões têm vindo a acontecer, um pouco por todo país, principalmente para os casos de vinhos e espirituosas que vão sendo importadas ou circulando pelo país sem a devida selagem. *“Nos próximos dias, as acções de fiscalização irão se intensificar mais, e nesta altura iremos partilhar detalhes com a imprensa”*, concluiu. REDACÇÃO



Na Direcção Regional Centro

Conflitos de interesses na AT em debate

Por: José Massaruge



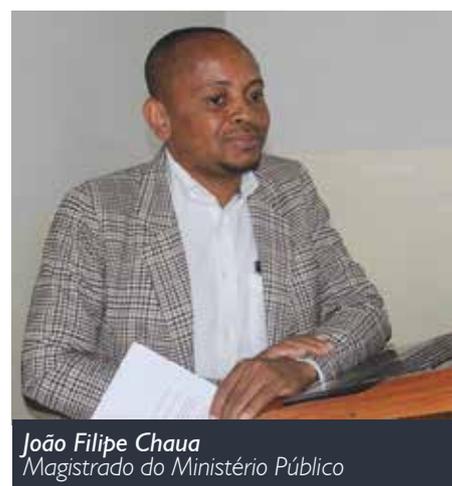
Com objectivo de dotar os funcionários da instituição de conhecimentos jurídicos, para melhor conciliar as suas funções de servidor público, interesses individuais e de terceiros, a Autoridade Tributária de Moçambique (AT), em coordenação com o Gabinete de Combate a Corrupção de Sofala, realizou a 19 de Setembro do ano em curso, uma palestra subordinada ao tema “Conflitos de Interesses na AT”. A palestra, que teve lugar no Edifício Sede da Direcção Regional Centro da AT, na Cidade da Beira, contou com a presença de funcionários da instituição afectos àquela província e demais convidados. João Filipe Chaua, Magistrado do Ministério Público afecto ao Gabinete de Combate a Corrupção de Sofala, falando na qualidade de

palestrante, disse que a corrupção é um mal que se manifesta de maneira diversificada, com o objectivo único, que passa por enfraquecer o desempenho das instituições, atrasando deste modo, o desenvolvimento do País. “Assim sendo, o combate à corrupção só fará sentido com a participação de todos nós, cada um dando o máximo de si” afirmou.

Na ocasião, Chaua apelou aos funcionários a pautarem por uma conduta que não entre em conflito com a Lei de Probidade Pública, bem como com o Estatuto de Pessoal da Autoridade Tributária de Moçambique.

Por sua vez, os funcionários reconheceram os problemas que a corrupção pode causar no

funcionamento normal das instituições, e na qualidade colectores de recita para os cofres de estado, reafirmaram o seu compromisso no combate a este mal. 



João Filipe Chaua
Magistrado do Ministério Público

Na Região Centro**“Pagar imposto, não é nenhuma sanção”***Texto e fotos: António Camacho*

O acto de pagar imposto é um dever de todos os cidadãos, razão pela qual deve ser encarado com muita naturalidade, e não como sanção. São palavras proferidas recentemente na Província de Tete por António Malema, chefe de operações dos Serviços Provinciais das Alfândegas daquele ponto do país, a quando da realização de uma palestra dirigida aos comerciantes do mercado Cabinde, no Bairro Matundo, na Cidade de Tete.

O evento que decorreu sob o lema “Minha Contribuição” enquadra-se nas actividades da Campanha de Educação Fiscal, que a Autoridade Tributária de Moçambique tem

realizado naquela parcela do país, em parceria com o Conselho Municipal da mesma Cidade. A palestra que surge como resposta da preocupação apresentada pelos comerciantes do mercado e residentes do bairro, ao Conselho Municipal da Cidade de Tete e aos líderes comunitários. O palestrante explicou aos presentes que, para o estado satisfazer as suas necessidades, tais como construir escolas, estradas, hospitais, garantir o abastecimento de água, segurança aos cidadãos, pagamento de salários de professores, polícias, enfermeiros e todos os funcionários públicos, precisa de recursos financeiros, e a fonte para obtenção desses recursos são as receitas - os impostos. Havendo assim a necessidade para

que cada cidadão, assim como as empresas paguem todos os impostos devidos, nos períodos correspondentes.

Foi nessa senda que o Chefe de Operações reafirmou aos presentes que *“pagar imposto não é nenhuma sanção, mas sim, estaremos a exercer o nosso direito de cidadania, e, por conseguinte a participar na construção do nosso país”*. Malema alertou aos presentes sobre a importância da exigência da factura ou documento equivalente nas transações comerciais, porque só assim, se garante que o imposto cobrado chegue aos cofres do Estado.

Na Província de Tete

Funcionários da AT satisfeitos com a sua inclusão na Reunião de Planificação

Por: *Arnaldo Teimoso*

Para tornar a Autoridade Tributária de Moçambique mais robusta nos próximos períodos, decorreu na Delegação Provincial da AT em Tete, no dia 08 de Setembro corrente, uma reunião de preparação da Reunião Nacional de Planificação das Actividades para o ano de 2018. Participaram da reunião, os funcionários de todas as Unidades Orgânicas da Delegação Provincial da AT em Tete.

A reunião surgiu no âmbito da visita de Trabalho às Delegações Provinciais da AT, de uma brigada Central Chefiada pela Directora do Gabinete de Planeamento e Estudo e Cooperação Internacional, Yolanda Fonseca, com objectivo de colectatar ferramentas úteis para a elaboração do Plano Estratégico 2018

– 2022, no geral e em particular para o plano de actividades de 2018.

Os participantes louvaram a iniciativa da instituição em criar a brigada para descer até a base, de forma a interagir com o funcionário que, dia pós dia, trabalha com o cidadão, dado que, para além de melhorar o seu desempenho, possibilitará ao concreto a colecta das reais necessidades e sensibilidades da província. Foi nessa senda que nas várias intervenções, prometeram continuar a enveredar na nobre missão de cobrança da receita para o financiamento das necessidades públicas, contribuindo para a redução da dependência externa.

Por outro lado, os funcionários da Delegação

Provincial de Tete fizeram constar nas suas abordagens preocupações que tem influenciado negativamente a realização das suas actividades de cobrança de receita. Trata-se da reduzida disponibilização de recursos para o trabalho tais como: transporte para educação fiscal e fiscalização, consumíveis, lentidão no processamento e disponibilização de dados nos sistemas em uso na Instituição, instalação de postos fiscais e de cobrança sem sistema, a falta de formulários fiscais e DUs para a declaração e pagamento dos impostos, a centralização das decisões no que concerne as empresas a auditar, a falta de motivação dos funcionários que se resume nas reduzidas oportunidades de formação, falta de progressões nas carreiras, entre outras. 



Edson Arão Muthemba
Delegado Provincial da AT - Tete

• 04 DE OUT '17 •



‘ A paz está dentro de ti,
não procure em sua volta

Todos juntos Fazemos Moçambique

